

Os Refugiados de Hong Kong (1942)

Alfredo Gomes Dias*

Durante a II Guerra Mundial, Macau transformou-se num porto de refúgio para muitas das vítimas que aquele conflito provocou nas terras vizinhas. Muitos chineses encontraram na Cidade do Nome de Deus o abrigo que lhes faltava nas suas terras, apesar de todas as dificuldades de um quotidiano recheado de múltiplas privações. Mas, para além de chineses, também muitos macaenses, dispersos por outras cidades, como Xangai e Hong Kong, decidiram regressar à sua terra de origem: uns, emigrantes que haviam deixado Macau recentemente; outros, descendentes de emigrantes que, em gerações anteriores, procuraram construir uma nova vida numa nova cidade. Em 1842, um grupo de migrantes macaenses, na sua maioria naturais de Hong Kong e de nacionalidade britânica, graças à acção do encarregado consular Francisco Vasconcelos Soares, recuperou a nacionalidade portuguesa de modo a poder refugiar-se em Macau.

HONG KONG, 1941

O ano do centenário da ocupação britânica de Hong Kong ficou historicamente assinalado pela rendição do governador da colónia, sir Mark Young (1941-1947), às forças invasoras japonesas.

O ataque a Pearl Harbour no dia 7 de Dezembro de 1941 estendeu o conflito mundial à região do Pacífico e confirmou todos os sinais que o império japonês foi enviando à comunidade internacional, desde 1910, na Coreia, na Manchúria e na Indochina, no sentido de querer continuar a sua política expansionista em toda a região da Ásia Oriental.

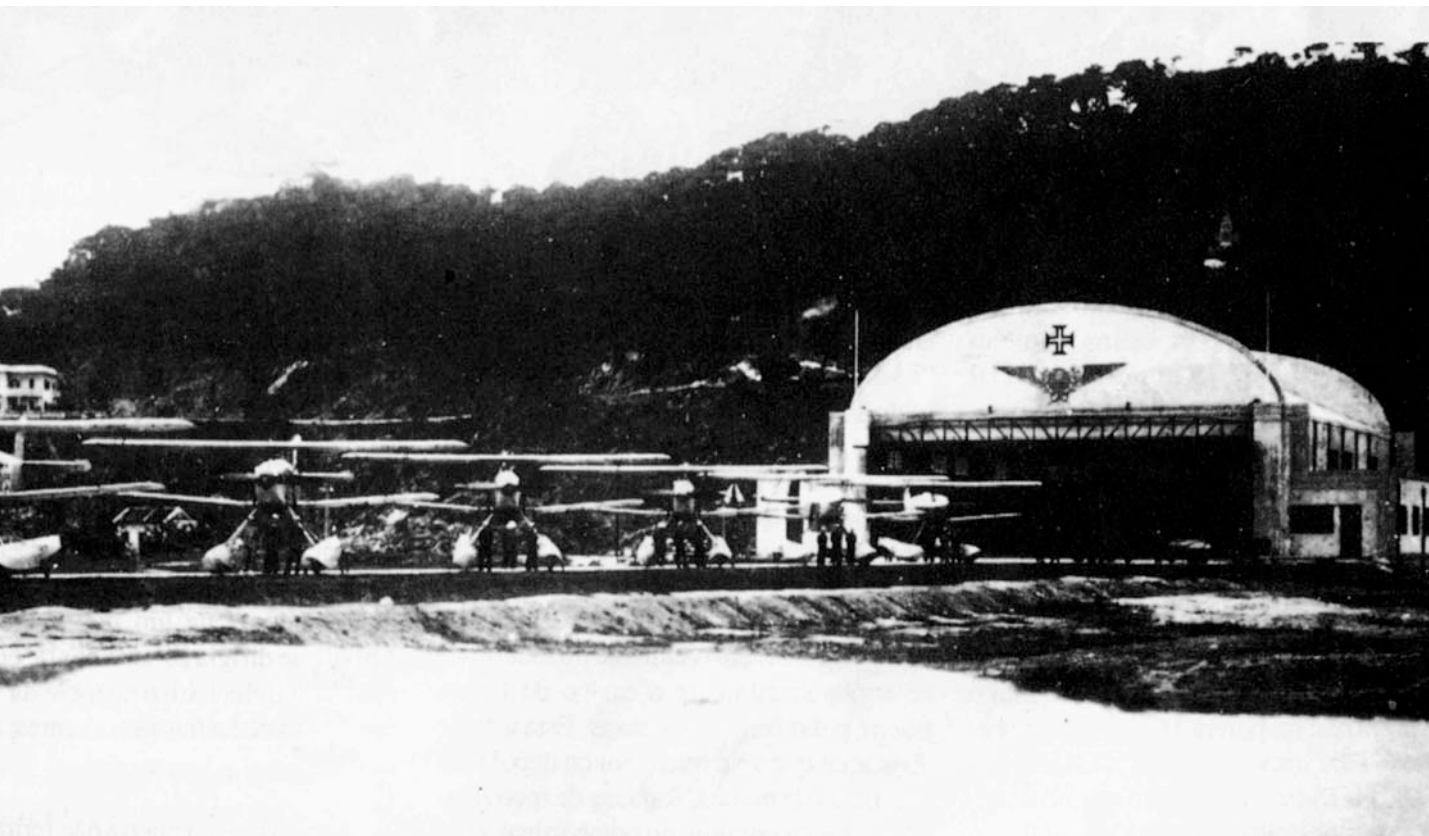
* Licenciado em História. Professor da Escola Superior de Educação de Lisboa.

History degree. Lecturer at Lisbon's Escola Superior de Educação.



Sir Mark Young

DIÁSPORA MACAENSE



O hangar da aviação naval no Porto Exterior destruído pela aviação americana em 16 de Janeiro de 1945.

Logo no dia seguinte, a atenção japonesa virou-se para Hong Kong. Às 8 horas, a aviação nipônica sobrevoou os céus da colônia e destruiu os aviões britânicos, militares e civis, que se encontravam estacionados no aeroporto de Kai Tak. Os navios ancorados no porto foram afundados, nomeadamente o *Prince of Wales* e o *Repulse*.¹ Poucos minutos chegaram para reduzir a cinzas a defesa aérea e marítima de Hong Kong. Para sir Mark Young, que havia assumido as funções de governador em Setembro desse ano, a estreia em missões na Ásia Extrema não podia ser mais conturbada.²

Winston Churchill (1940-1945), primeiro-ministro britânico nos anos da guerra, considerava que Hong Kong era um ponto do império difícil de defender e, no contexto da guerra que se vivia nos últimos meses do ano de 1941, estava longe de ser uma prioridade da política militar britânica.³ Por isso, devia-se aguardar pela conferência de paz que se realizasse no fim da guerra para garantir o regresso do poder britânico caso a colônia fosse ocupada. Reconhecia-

-se que as forças presentes no terreno não tinham condições para enfrentar o poder militar japonês, depois dos ataques-surpresa desencadeados nos dias 7 e 8 de Dezembro de 1941, mantendo-se as atenções dos governantes de Londres centrados naquele que era considerado como o principal palco do conflito, isto é, a Europa. Os dois batalhões britânicos (*2nd Royal Scots* e *1st Middlesex*), os dois indianos (*Rajputs* e *Punjabs*) e os dois canadianos que chegaram em meados de Novembro daquele ano, acompanhados pelo Corpo de Voluntários de Hong Kong, não foram suficientes para travar a marcha expansionista do império nipônico.⁴ Apesar de Churchill manter vivo o discurso de resistência, exortando as autoridades coloniais a manterem a defesa da colônia, as forças disponíveis não foram suficientes para travar as três divisões japonesas que, a partir de 10 de Dezembro, continuaram a avançar em direcção ao centro da cidade.

Nessa manhã do dia 10, o 228.º Regimento do exército japonês avançou em direcção a Kowloon, rompendo a linha de defesa montada pelo Royal Scots

MACANESE DIASPORA

e pelos dois batalhões indianos (*Gin Drinkers Line*). Às 12 horas do dia seguinte, o comandante militar da colônia, o major-general Christopher Michael Maltby (1891-1980), mandou retirar as tropas de Kowloon. No dia 13 saíram os últimos soldados e os Novos Territórios ficaram na posse do invasor japonês. Nesse mesmo dia, as chefias militares do exército invasor apresentaram o primeiro pedido de rendição ao governador Young,⁵ que foi por este rejeitado.

A resposta japonesa à recusa britânica não se fez esperar. A ilha foi bombardeada enquanto se aguardavam os reforços de Singapura e da China Nacionalista, que nunca chegaram. Ao fim de quatro dias, o ataque foi suspenso e, a 17 de Dezembro, foi apresentado um novo pedido de rendição a sir Mark Young, que novamente recusou.⁶

Entre 18 e 24 de Dezembro, Hong Kong foi alvo de uma invasão esmagadora por parte das

três divisões japonesas, devidamente apoiadas por bombardeamentos sistemáticos. Na véspera de Natal, as tropas japonesas estavam à porta do Central District de Victoria. Apesar da vontade do governador em cumprir os desejos de resistência que chegavam de Londres, o general Maltby confronta-o com a inevitabilidade da rendição, sublinhando que o prolongamento da oposição ao exército japonês apenas conduziria ao sacrifício inútil de mais vidas humanas. Sir Mark Young concordou com Maltby e aceitou render-se ao general Takashi Sakai (1887-1946).⁷ A ocupação japonesa, iniciada a 25 de Dezembro de 1941 prolongou-se até 14 de Agosto de 1945, data em que as tropas norte-americanas entraram em Hong Kong, poucos dias depois do bombardeamento de Hiroxima e Nagasáqui, respectivamente em 6 e 9 de Agosto: uma ocupação de cerca de quatro anos que foi suficiente para desfazer o mito da invencibilidade do poder militar britânico.⁸

Recepção em Macau (Janeiro de 1939) ao almirante Shiozawa, comandante da esquadra japonesa no Sul da China.



DIÁSPORA MACAENSE



MACANESE DIASPORA

A PRESENÇA MACAENSE EM HONG KONG

Leonardo d'Almada e Castro e o seu irmão, José Maria d'Almada e Castro, são os nomes mais conhecidos da primeira comunidade de macaenses. São geralmente considerados como os primeiros emigrantes que deram origem à diáspora. Funcionários da Superintendência do Comércio Britânico em Macau, acompanharam a transferência deste organismo da administração colonial britânica para Hong Kong, em 27 de Fevereiro de 1842.⁹

Os macaenses dispersaram-se pelas principais actividades que insuflaram o primeiro oxigénio à cidade nascente. Em 1846, para além dos irmãos d'Almada e Castro, outros macaenses já colaboravam na administração colonial de Hong Kong: João de Jesus (intérprete no Chief Magistrates Office), F. de Noronha (Police Rate Assessment Office), e J. B. dos Remédios e D. J. Barradas (Post Office). O sector tipográfico é outra área de actividade que contou com uma forte presença desta comunidade. A imprensa desempenhou um papel de relevo na construção da cidade, constituindo-se como um importante canal de circulação da informação. Segue-se o sector bancário, nestes primeiros anos ainda apenas representado por José M. de Noronha no Oriental Bank. Finalmente, o sector comercial que absorveu o número mais significativo dos macaenses que decidiram partir da sua cidade de origem com destino a uma “promessa” de cidade. As principais firmas ocidentais que operavam na região do delta instalaram-se progressivamente em Hong Kong, sob a pressão das autoridades políticas britânicas que desejavam garantir o sucesso do novo espaço inserido no seu mundo colonial. Uma rede empresarial que contará com a colaboração de muitos macaenses. A título de exemplo, Eduardo Pereira e Joaquim Caldas (Dent & Co.); I. P. Pereira e J. A. de Jesus (Rawle, Duus & Co.); Q. da Silva, S. Rangel, P. J. Loureiro, D. Eliado Sasson e A. de Miranda (Russel & Co.); João Braga, Miguel do Rozário e José Leão (Victoria Dispensary).¹⁰

A comunidade dos “portugueses de Macau” concentrou-se inicialmente na Wellington Road, uma

rua paralela a Queen's Road East, onde se fixaram os primeiros migrantes, cerca de cinquenta, em 1846.¹¹ A sua presença foi-se consolidando nas primeiras décadas da história de Hong Kong. Nos censos de 1881 à população da colónia,¹² dos 3040 europeus e americanos com residência fixa, 1869 (61,5%) eram portugueses. A segunda comunidade mais numerosa era a britânica com 785 pessoas identificadas no censo, representando apenas 25,8% do total, muito distante da comunidade macaense.

Não havendo estudos quantitativos que nos permitam conhecer com exactidão o número e o ritmo a que chegaram os macaenses a Hong Kong, recorremos aos “Livros de Matrícula dos Cidadãos Portugueses” criados pelo Regulamento Consular Português Mandado Executar por Decreto de 26 de Novembro de 1903, e que entrou em vigor no dia 1 de Julho de 1904. Mais tarde, o artigo 72.º do Regulamento Consular de 1920, confirmou a obrigatoriedade dos postos consulares criarem livros de matrícula para os cidadãos portugueses.¹³

Nos vinte anos do período entre guerras (1920-1939) matricularam-se no Consulado de Portugal em Hong Kong um total de 1524 indivíduos – 798 (52,4%) homens e 726 (47,6%) mulheres – os quais indicaram no seu registo um total de 1581 filhos.¹⁴

Para além destes, muitos foram os macaenses que nasceram na colónia e optaram pela nacionalidade britânica. Outros, naturais de Macau, decidiram mudar de nacionalidade, existindo duas grandes motivações para que fizessem esta escolha: o acesso a cargos mais elevados na administração e, no caso das mulheres, a adopção da nacionalidade do marido. Segundo Luís de Sá, apenas em 1880, com a aprovação da Naturalisation Ordinance, passou a ser possível a naturalização britânica por parte dos estrangeiros residentes em Hong Kong:

“É um momento aproveitado por numerosos portugueses que não enjeitam a possibilidade de, tornando-se súbditos britânicos, poderem ascender aos mais altos postos da administração de Hong Kong, os quais lhe estavam vedados pela sua própria condição de estrangeiros.”¹⁵

No entanto, nos momentos mais críticos, por força dos condicionalismos internacionais, nomeadamente durante as duas guerras mundiais de 1914-18 e 1939-45, foram muitos os macaenses que fizeram o percurso inverso e, abandonando a nacionalidade

Alguns oficiais do Batalhão de Infantaria do Corpo de Voluntários de Hong Kong, entre os quais três macaenses: tenente E. Santos Carneiro (10), tenente B. M. Carion (11) e capitão J. Nolasco (12) (ca. 1900)

DIÁSPORA MACAENSE

britânica, solicitaram a inscrição no Consulado de Portugal. O exemplo mais evidente deste “regresso” à sua comunidade de origem ocorreu em 1942, quando centenas de macaenses com nacionalidade britânica efectuaram o seu registo consular e, desse modo, foi-lhes concedida a possibilidade de se refugiarem em Macau, escapando ao drama da ocupação japonesa de Hong Kong de 1941 a 1945. Deste modo, centenas de macaenses como que duplicaram a sua condição de migrantes: para além de serem imigrantes em Hong Kong, a maior parte de segunda geração, foram também emigrantes refugiados que tiveram Macau como destino.¹⁶

OS REFUGIADOS DE 1942

Em 1942, um total de 1173 macaenses foram registados no Livro de Matrícula 23J do Consulado de Portugal em Hong Kong: 714 adultos, 319 (44,7%)

Quadro 1. Naturalidade dos Macaenses inscritos no consulado de Portugal em Hong Kong (1942)

Naturalidade	Macaenses	%
Hong Kong	484	81,1
Macau	56	9,4
Portos da China	16	2,7
Xangai	14	2,3
Possessões Portuguesas	10	1,7
Portugal	1	0,2
Japão	1	0,2
Outros	15	2,5
Total	597*	100

* Dos 714 adultos inscritos no livro 23J, temos a informação da naturalidade de 597.

Fonte: Livro de Matrícula dos Cidadãos Portugueses 23J (1941-1942) do Arquivo do Consulado de Portugal em Hong Kong. (Consulado de Portugal em Macau).

homens e 395 (55,3%) mulheres, junto dos quais se indica um elevado número de filhos – 459.¹⁷ Numa pequena nota de abertura é explicada a origem deste recenseamento intensivo: 600 registos num só ano:

“Em 2 de Maio de 1942, isto é, 8 dias depois da rendição da Colónia de Hongkong aos japoneses, começaram a inscrever-se neste livro – páginas 6 a 106 [registo 2 ao 601] – como cidadãos portugueses, os súbditos britânicos de ascendência portuguesa na sua maioria, passando-lhes as respectivas cédulas a fim de que não fossem levados como prisioneiros para o campo de concentração e pudessem ser incluídos no número dos portugueses que se refugiaram na nossa colónia de Macau.”¹⁸

De acordo com Jorge Forjaz, a realização destes registos ficou a dever-se à iniciativa do encarregado do consulado, o macaense Francisco Paulo de Vasconcelos Soares: “uma decisão, ilegal face à lei portuguesa, mas que permitiu garantir a liberdade, e porventura a vida, de muitos descendentes de macaenses que viviam em Hong Kong e que já tinham perdido a nacionalidade portuguesa.”¹⁹

Analisando as informações constantes nos registos, é possível fazer uma aproximação ao retrato social deste grupo de migrantes que, face às circunstâncias particularmente adversas impostas pela invasão japonesa consumada em Dezembro de 1941, decidiu procurar refúgio no consulado português. Deste modo, era possível o regresso ao território de partida dos seus progenitores, a maior parte dos quais decidiu sair de Macau e participar na diáspora macaense neste seu primeiro período que se estendeu por cerca de cem anos, entre 1842 e 1945, e que se repartiu, no essencial, pelas cidades de Hong Kong e Xangai.

Dos registos consultados, retirámos a informação do nome, género, ano e local de nascimento, estado civil, nome de cônjuge, profissão e número de filhos. Estes dados permitem-nos, desde logo, compreender que estamos perante um grupo de migrantes macaenses de segunda geração, visto que apenas 9,4% são migrantes nascidos em Macau (Quadro 1).

Estes 56 macaenses são os únicos que regressam à cidade donde são naturais. Os restantes 541 nasceram já fora de Macau, o que significa que são filhos de macaenses que migraram, na sua maioria, para Hong Kong.

MACANESE DIASPORA

Nestes 600 registos encontramos uma maioria de pessoas casadas, cerca de 57% (Quadro 2), o que nos indicia tratar-se de famílias constituídas e consolidadas em Hong Kong. Entre os migrantes casados, podemos identificar 114 casais, isto é, 114 núcleos familiares que pediram para regressar à nacionalidade portuguesa e ao território de origem, levando consigo 242 crianças, cerca de metade dos descendentes registados. As restantes crianças vão na companhia de homens e mulheres, na sua maioria casados e alguns solteiros, desconhecendo nós se deixavam para trás outros familiares, mas todos eles procurando juntar-se às suas famílias em Macau, com quem tradicionalmente mantinham fortes laços sociais e culturais.

Sabemos que a proximidade entre Hong Kong e Macau permitia a existência de casais que viviam repartidos pelas duas cidades. Por outro lado, é natural que a instabilidade política tivesse levado a que alguns antecipassem o regresso a Macau, nomeadamente incentivando as esposas a fazê-lo.

Os macaenses inscritos no consulado em 1942 eram homens e mulheres que, na sua maioria, se encontravam em plena idade activa (Quadro 3), com capacidade para iniciarem um novo projecto de vida, mantendo-se em Macau ou emigrando para outro destino, ou simplesmente para fazerem uma interrupção na sua estadia em Hong Kong, regressando a esta cidade logo que as circunstâncias políticas, sociais e económicas o autorizassem.

Dos macaenses que se registaram em 1942, graças à intervenção do encarregado consular Vasconcelos Soares, 74,3% tinham entre 14 e 44 anos, muitos deles exercendo diversas actividades profissionais, mas a maior parte dedicada às profissões que, tradicionalmente, atraíram a emigração macaense para Hong Kong (Quadro 4).

Dos 221 migrantes que indicaram exercer uma actividade profissional produtiva, 75,1% declararam-se como “empregados de comércio”: cem anos depois de iniciado o movimento migratório para Hong Kong, os macaenses, na sua esmagadora maioria, continuavam a empregar-se nas actividades comerciais, aquelas que, em primeira mão, deram razão de existir à colónia britânica após a I Guerra do Ópio (1839-1842). No entanto, são também de realçar os 7% de macaenses que se intitulam de “proprietário” ou “comerciante”, detentores de propriedades e de negócios na área comercial. São elementos que ilustram a elite macaense

Quadro 2. Estado civil dos Macaenses inscritos no consulado de Portugal em Hong Kong (1942)

Estado Civil	Masculino	Masculino	Total	%
Casado	185	218	403	57,3
Solteiro	120	144	264	37,3
Viúvo	10	30	40	5,7
Total	315	392	707	100

Fonte: Livro de Matrícula dos Cidadãos Portugueses 23J (1941-1942) do Arquivo do Consulado de Portugal em Hong Kong, fl. 6. (Consulado de Portugal em Macau).

Quadro 3. Idade dos Macaenses inscritos no consulado de Portugal em Hong Kong (1942)

Idade	N.º de Macaenses	%	% acum.
14-19	32	5,4	
20-24	91	15,3	20,7
25-29	88	14,8	35,5
30-34	87	14,6	50,1
35-39	57	9,6	59,7
40-44	87	14,6	74,3
45-49	52	8,7	83,0
50-54	36	6,1	89,1
55-59	25	4,2	93,3
60-64	12	2,0	95,3
65-69	13	2,2	97,5
>69	15	2,5	100,0
Total	595	100,0	

Fonte: Livro de Matrícula dos Cidadãos Portugueses 23J (1941-1942) do Arquivo do Consulado de Portugal em Hong Kong, fl. 6. (Consulado de Portugal em Macau).

DIÁSPORA MACAENSE

que se formou em Hong Kong, bem relacionada com o poder colonial britânico que administrava a ilha e cujo símbolo de afirmação na colónia se encontra no seu Clube Lusitano.

Fora das actividades produtivas, encontramos os macaenses dispersos pelas categorias dos “doméstico”, “desempregado” e “aposentado”. No que diz respeito às mulheres, a sua esmagadora maioria continuava a

Quadro 4. Actividades profissionais dos Macaenses inscritos no consulado de Portugal em Hong Kong (1942)

Profissão	Masculino	Feminino	Total	% (total)
Empregado de comércio	159	7	166	75,1
Comerciante / proprietário	16	0	16	7,2
Engenheiro	6	0	6	2,7
Telegrafista	6	0	6	2,7
Contabilista	4	0	4	1,8
Médico	4	0	4	1,8
Religiosa	0	4	4	1,8
Corretor	2	0	2	0,9
Jornalista	2	0	2	0,9
Professor	1	1	2	0,9
Outros	8	1	9	4,1
Total	208	13	221	100,0
Doméstica	5	266	271	
Desempregado	86	2	88	
Estudante	8	0	8	
Aposentado	7	0	7	
Total	106	268	374	
Total Geral	314	281	595	

Fonte: Livro de Matrícula dos Cidadãos Portugueses 23J (1941-1942) do Arquivo do Consulado de Portugal em Hong Kong, fl. 6. (Consulado de Portugal em Macau).

MACANESE DIASPORA

assumir-se como dona de casa, “doméstica”, sendo, todavia, de sublinhar a existência de algumas (sete) a trabalhar no sector comercial. Estas últimas representam as mulheres, migrantes de segunda geração que, a partir da década de 1920, começam a integrar-se no mercado de trabalho, uma realidade social que se verificou em Hong Kong e, também, em Xangai. Os “desempregados” encontram-se quase exclusivamente entre os homens e a sua existência é fruto do período conturbado que se viveu na colónia no final da década de 1930, à medida que se foram sentindo os efeitos da invasão japonesa no norte da China, iniciada em 1937, do início da II Guerra Mundial em 1939 e da invasão de Hong Kong em 1941.

De um modo geral, podemos avançar com a ideia de que este conjunto de macaenses, que constituiu o núcleo de refugiados de Hong Kong de 1942, é representativo daquelas que eram as principais características sociais dos migrantes macaenses de segunda geração que se encontravam estabelecidos naquela colónia britânica.

Relembrando a nota de abertura, a realização destes registos ocorreu a 2 de Maio de 1942. Assim, o regresso destes macaenses a Macau só poderá ter acontecido depois de já se terem realizado duas vagas sucessivas de refugiados: a primeira verificou-se em Agosto de 1941, quando 311 homens, 472 mulheres e 420 crianças desembarcaram em Macau; a segunda, nos dias 6 e 7 de Janeiro de 1942, reunindo um total de 1400 macaenses.²⁰ Estas vagas de refugiados que se dirigiram para Macau, contribuíram para o agravar das já de si difíceis condições de vida na cidade, profundamente marcadas por uma feroz inflação e pela escassez de bens que afectava todas as comunidades que nela viviam.²¹

A FAMÍLIA SOARES

Francisco Paulo de Vasconcelos Soares nasceu em Hong Kong no dia 25 de Janeiro de 1868 e faleceu na sua cidade natal a 25 de Junho de 1953. Era o terceiro dos cinco filhos do segundo casamento de Matias da Luz Soares, nascido em Macau, na freguesia da Sé, em 24 de Fevereiro de 1830. Matias Soares, “botânico amador sem rival”,²² foi um dos muitos macaenses que emigraram para Hong Kong nos primeiros anos da fundação da colónia britânica. Casou a primeira vez em Macau (1859) com Júlia Maria da Cruz e

a segunda vez em Hong Kong (?) com Júlia Josefa Maria de Vasconcelos. Todos os seus filhos nasceram na colónia britânica.

Francisco Soares foi um grande empreender, nomeadamente na área de Kowloon. “Em consequência da urbanização que delineou em Kowloon, existem ainda hoje várias ruas com nomes ligados à sua família.”²³

Como já tivemos ocasião de referir, deveu-se à sua acção como encarregado consular, por ausência do cônsul efectivo, o registo dos macaenses que constam do Livro de Matrículas dos Cidadãos Portugueses 23J que temos vindo a analisar. No entanto, o envolvimento da família Soares na defesa de Hong Kong foi muito para além da actividade consular de Francisco Paulo Soares.

Muitos foram os macaenses que participaram no *Hong Kong Volunteer Defence Corps* que, como vimos anteriormente, teve uma importante acção na luta contra a invasão japonesa, em 1941. Entre eles, encontramos alguns membros da família Soares que, participando na batalha de Hong Kong, acabaram como prisioneiros de guerra às mãos do exército japonês, nomeadamente os dois filhos do encarregado consular, Mem Maria Alves de Vasconcelos Soares (Hong Kong, 1905-Hong Kong, 1977) e Luís António Maria Alves de Vasconcelos Soares (Hong Kong, 1907-Cascais, 1989).²⁴

Para além destes dois filhos de Francisco Paulo de Vasconcelos Soares, encontramos quatro netos do seu primo Francisco Eusébio da Luz Soares²⁵ que também conheceram os campos de concentração japoneses: Alberto Carlos Soares (Hong Kong, 1912-Hong Kong, 1944); Carlos Eduardo Soares (Hong Kong, 1916-Hong Kong, 1986); Henrique Álvaro Soares (Hong Kong, 1918-EUA, 1994); e, Francisco Maria Soares (Hong Kong, 1921-Hong Kong, 1992).

Soares é uma família de Macau ilustrativa das muitas centenas de macaenses que conheceram e participaram nos acontecimentos que abalaram a colónia britânica de Hong Kong nos anos da II Guerra Mundial. Tal como também acontecia em Xangai, a comunidade macaense de Hong Kong desde cedo colaborou na defesa da colónia, através do seu envolvimento no Corpo de Voluntários. Relembremos, a título ilustrativo, Estêvão António Yvanovich (Macau, ? - Hong Kong, ?), um dos 99 voluntários que fundaram *The Hong Kong Volunteers*.²⁶

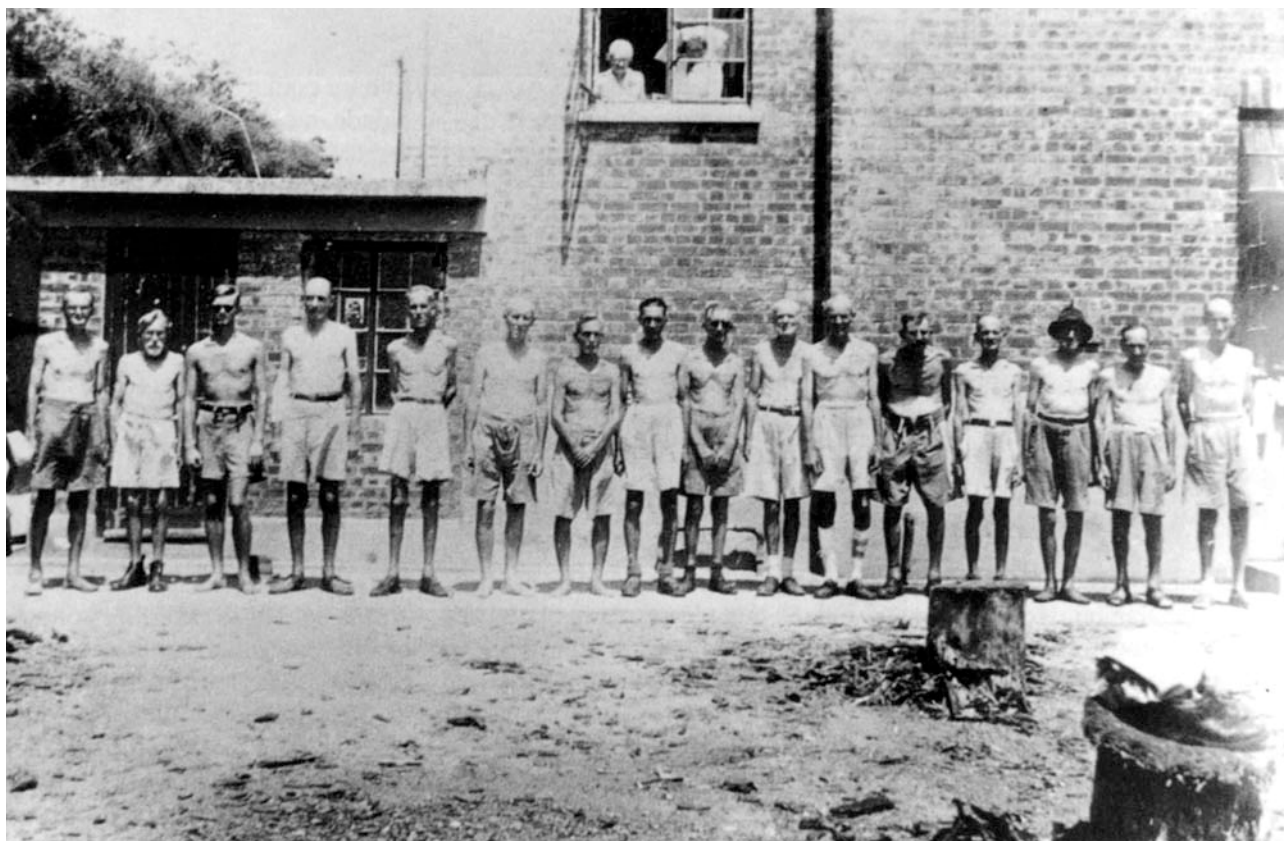
DIÁSPORA MACAENSE

O contributo da comunidade macaense para a criação e desenvolvimento de Hong Kong não se reduziu ao número de migrantes que se estabeleceram nesta colónia britânica e que, como vimos anteriormente, nas quatro primeiras décadas se constituiu como a comunidade não chinesa mais numerosa. A sua integração na sociedade de Hong Kong ficou a dever-se, não apenas a este quantitativo, mas principalmente à rede de relações sociais que criou com as outras comunidades presentes na colónia, em particular com a comunidade britânica, assumindo um lugar de relevo, quer nas estruturas empresariais (comerciais e financeiras), quer nas estruturas administrativas coloniais. Não obstante as adversidades dos dispositivos administrativos britânicos, pouco permeáveis às outras comunidades, nomeadamente vedando-lhes o acesso a determinados lugares de decisão, a comunidade macaense consolidou a sua presença no tecido social em Hong Kong, quer pelos laços criados com outras comunidades, quer pela sua disponibilidade em participar nas estruturas associativas da colónia, como

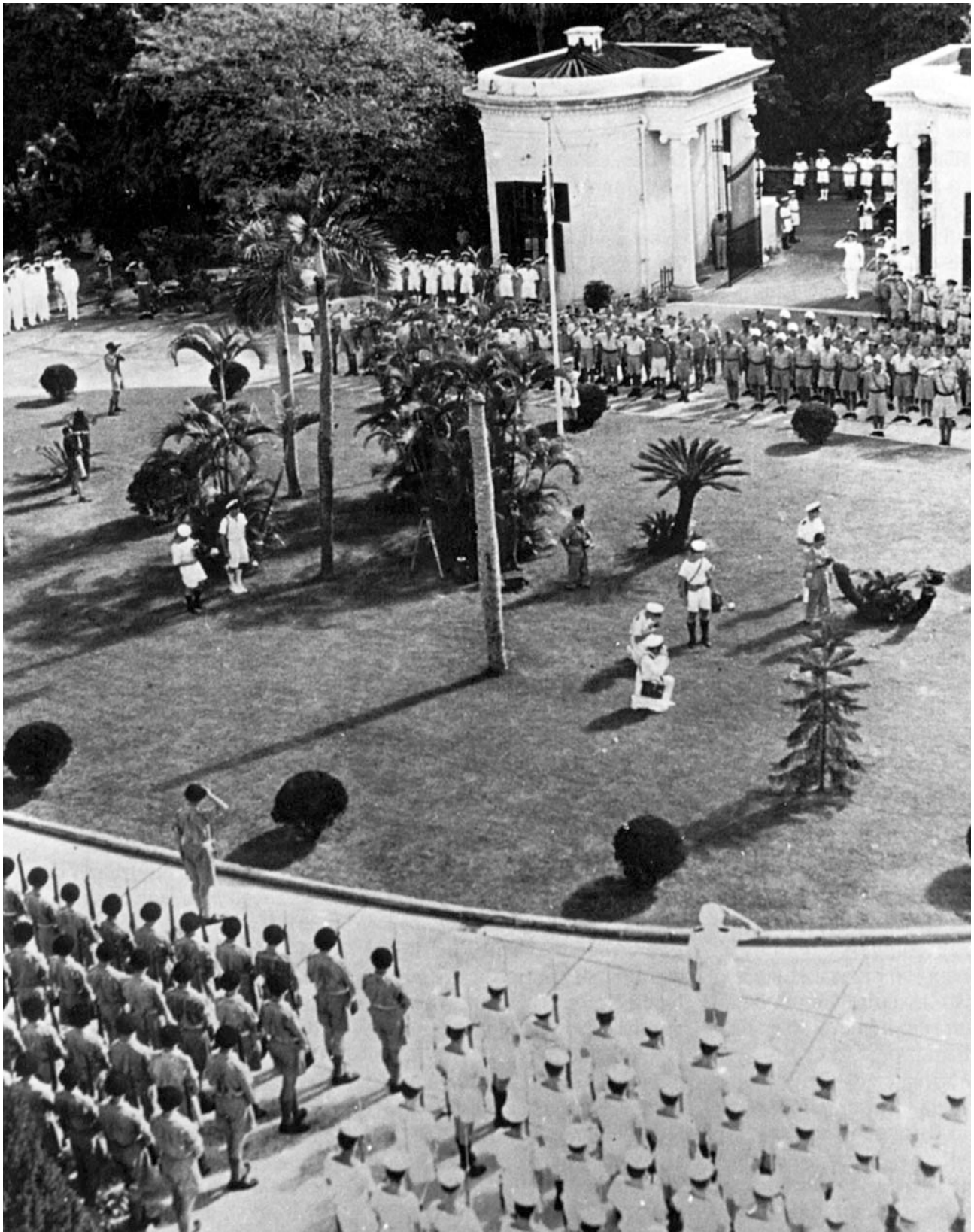
por exemplo o Corpo de Voluntários, quer ainda graças às suas singularidades socioculturais que lhe garantiram manter-se como uma mais-valia no tecido empresarial da colónia.

Assim, a família Soares surge como um exemplo que ilustra, ainda que parcialmente, o processo de integração da comunidade macaense na sociedade de Hong Kong e, também, as opções da emigração macaense no pós-guerra. De facto, tal como os elementos da família Soares que estiveram envolvidos na batalha de Hong Kong, muitos outros, refugiados ou não, nascidos na colónia britânica, optaram por uma de duas soluções: ou regressar a Hong Kong, onde retomaram as suas vidas, assumindo os anos de guerra como um breve intervalo, ou escolheram um novo destino migratório, na Europa (por exemplo, Portugal, como aconteceu com Luís António Maria Alves de Vasconcelos Soares) ou na América (como foi o caso de Henrique Álvaro Soares). Estes últimos, como muitos outros macaenses, foram protagonistas do segundo período da diáspora macaense, contribuindo para a

Prisioneiros de guerra no campo de Stanley, 1945.



MACANESE DIASPORA



Rendição japonesa, Agosto de 1945. A "Union Jack" volta a ser içada na sede do Governo de Hong Kong.

DIÁSPORA MACAENSE

construção de novas comunidades em muitos outros territórios de destino fora da China e do continente asiático.

NOTA FINAL

Presente em Hong Kong desde os primeiros dias em que se fundou a colónia britânica no rescaldo da I Guerra do Ópio, a comunidade macaense deu um contributo de relevo para a construção de uma nova cidade que se transformou, muito cedo, num importante núcleo urbano no litoral sul da China, complementando e rivalizando, em simultâneo, com Macau e Cantão.

O envolvimento da comunidade macaense na vida política e social de Hong Kong edificou-se

através dos laços que manteve com Macau, os quais contribuíram para que se preservasse a sua identidade sociocultural, e através das relações sociais que foi tecendo com as outras comunidades presentes na sociedade de acolhimento, nomeadamente a britânica. Destas resultou a participação dos macaenses no *Hong Kong Volunteer Defence Corps*. Os laços que preservou com o território de partida, facilitaram o seu “regresso” às origens, à nacionalidade portuguesa e a Macau. Esta cidade constituiu-se como um porto de abrigo para todos os que necessitaram de se refugiar de uma agressão militar que, para além da terra, lhes invadiu as suas próprias vidas, obrigando-os a deixarem, ainda que por apenas alguns anos, a cidade onde viviam, ou indicando-lhes outros destinos migratórios. **RC**

NOTAS

- 1 Cf. Carlos Pinto Santos, “O Natal em que Hong Kong caiu”, in *Macau*, n.º 20, Dezembro 1993, p. 54; Frank Welsh, *A History of Hong Kong*. Londres: Harper Collins Publishers, 1997, p. 410.
- 2 A única experiência asiática de sir Mark Young tinha consistido, no seu tempo de cadete, numa passagem por Ceilão. Cf. Frank Welsh, *ob. cit.*, p. 411.
- 3 Cf. *ibidem*; Steve Tsang, *A Modern History of Hong Kong*. Londres/Nova Iorque: I. B. Tauris, 2007, p. 120.
- 4 Cf. *ibidem*.
- 5 Cf. Carlos Pinto Santos, “O Natal em que Hong Kong caiu”, pp. 55-56; Steve Tsang, *A Modern History of Hong Kong*, pp. 121-122.
- 6 Cf. Carlos Pinto Santos, “O Natal em que Hong Kong caiu”, pp. 57-58.
- 7 Cf. Steve Tsang, *A Modern History of Hong Kong*, p. 124.
- 8 Steve Tsang, *Governing Hong Kong*, Londres/Nova Iorque: I. B. Tauris, 2007, pp. 51-66.
- 9 Cf. Ernest John Eitel, *Europe in China. The History of Hong-Kong*. Taipé: Ch'eng-wen Publishing Company, 1968, p. 182; Luís Andrade de Sá, *The Boys From Macau. Portugueses em Hong Kong*. Lisboa/Macau: Fundação Oriente/Instituto Cultural de Macau, 1999, p. 27.
- 10 Cf. Alfredo Gomes Dias, “The Origins of Macao's Community in Shanghai. Hong Kong's Emigrations (1850-1909)”, in *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, vol. 17, December 2008, pp. 205-206.
- 11 “Num dos primeiros recenseamentos publicados em Hong Kong, em 1846, são indicados cerca de 50 portugueses com actividade profissional, um terço dos quais funcionários do governo.” Luís Andrade de Sá, *The Boys From Macau...*, p. 30.
- 12 Hongkong Census of 1881, in Of. 132 de 28 de Junho de 1881, do governador de Macau, Joaquim José da Graça, para o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. Arquivo Histórico Ultramarino-ACL-SEMU-DGU-1R-002, cx. 0002.
- 13 *Regulamento Consular Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1921, p. 19.
- 14 Livros de Matrícula dos Cidadãos Portugueses (1920-1939) do Arquivo do Consulado de Portugal em Hong Kong. Consulado de Portugal em Macau.
- 15 Luís Andrade de Sá, *The Boys from Macau...*, p. 47.
- 16 No âmbito deste estudo considera-se imigrante de segunda geração os descendentes de uma comunidade migratória que já nasceram no território de destino dos seus progenitores. Refugiados são migrantes que foram obrigados a sair do seu território “por serem lá perseguidos ou terem sido expulsos por invasores”. Yves Lacoste, *Dicionário de Geografia. Da Geopolítica às Paisagens*. Lisboa: Teorema, 2005, p. 335.
- 17 Cf. Livro de Matrícula dos Cidadãos Portugueses 23J (1941-1942) do Arquivo do Consulado de Portugal em Hong Kong. Consulado de Portugal em Macau.
- 18 *Ibidem*, fl. 6.
- 19 Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*. Macau: Fundação Oriente/Instituto Cultural de Macau, 1996, vol. 3, p. 829.
- 20 Ricardo Pinto, “Guerra em Paz”, in *Macau*, n.º 43, Novembro 1995, p. 74.
- 21 *Ibidem*, pp. 74-75; C. Reis, “Sociedade e Quotidiano”, in A. H. Oliveira Marques (coord.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 4. Lisboa: Fundação Oriente, 2003, p. 384.
- 22 Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*, vol. 3, p. 828.
- 23 *Ibidem*, p. 829.
- 24 Cf. *ibidem*, p. 830.
- 25 Entre os onze filhos de Francisco Xavier Placé Soares encontramos Francisco de Paula Soares (Macau, 1825 - Hong Kong, ?) e Matias da Luz Soares (Macau, 1830 - Macau, 1883). Francisco de Paula Soares teve quatro filhos, o mais novo dos quais era Francisco Eusébio da Luz Soares (Macau, 1862 - Hong Kong, 1918). Por seu lado, Matias da Luz Soares teve cinco filhos, sendo o terceiro, Francisco Paulo de Vasconcelos Soares. Cf. Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*, vol. 3, pp. 823-832.
- 26 Cf. *ibidem*, p. 1079.